



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680176 - MG (2021/0219389-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : GABRIELA RUANA LEONEL LUCIANO E OUTRO
ADVOGADOS : TATIANE LEONEL LUCIANO - MG153120
GABRIELA RUANA LEONEL LUCIANO - MG194834
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ARIELE KASSIA SOARES FELICIANO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ARIELE KASSIA SOARES FELICIANO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* Criminal n. 1.0000.21.099642-7/000).

A paciente, que se encontrava cumprindo prisão domiciliar preventivamente pela suposta prática de tráfico de drogas, teve o benefício revogado e a prisão preventiva decretada.

Os impetrantes sustentam que a paciente é primária, possui ocupação lícita e endereço fixo e que "apenas atrasou na atualização do endereço, por descuido, mas que continuava na sua residência nos horários fixados, cumprindo fielmente o que foi imposto" (fl. 4). Afirmam que ela não se encontrava foragida "tanto que foi presa em casa, em seu novo endereço" e que é genitora de criança de 5 anos de idade, que necessita de seus cuidados e reside com ela e cuja vida estaria em risco por ocasião da custódia cautelar.

Requerem, liminarmente, a expedição do alvará de soltura. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva, com o reestabelecimento da prisão domiciliar da paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No caso, o Tribunal estadual denegou a ordem que ora se requer em acórdão assim ementado (fl. 21):

HABEAS CORPUS – DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS – OFENSA AO PRINCÍPIO DO

CONTRADITÓRIO – PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA SEM PRÉVIA INTIMAÇÃO DA DEFESA – NÃO OCORRÊNCIA - PRESENÇA DE FUNDAMENTOS IDÔNEOS CAPAZES DE JUSTIFICAR A SEGREGAÇÃO CAUTELAR - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS - IMPOSSIBILIDADE - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA – PRISÃO DOMICILIAR EM FUNÇÃO DE FILHO MENOR DE 12 ANOS – BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTERIORMENTE – DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. Não há violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa quando a custódia preventiva é decretada sem prévia intimação da Defesa, tendo em vista o seu caráter emergencial, de modo que o artigo 282, §4º, do CPP prevê esta possibilidade mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante. Atendido ao menos um dos pressupostos do art. 312 do CPP, qual seja, a garantia da ordem pública, bem como um dos requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes. A presença de condições subjetivas favoráveis ao paciente não obsta a segregação cautelar quando presentes os fundamentos para justificar sua manutenção. Tendo em vista que a paciente já foi beneficiada com a benesse anteriormente, em função de possuir filho menor de 12 anos, não há óbice em sua negativa, tendo em vista que a paciente descumpriu as condições impostas.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Não obstante o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal e a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC coletivo n. 143.641/SP, consta dos autos que a paciente já obteve o benefício da prisão domiciliar em função de ser responsável por filho menor de 12 anos em momento anterior e, em liberdade provisória, veio a descumprir as determinações impostas, deixando de atualizar seu endereço nos autos, "demonstrando intuito de se furtar à aplicação da lei penal" (fl. 34). Essa hipótese suscita dúvidas sobre o enquadramento da condição da paciente, uma vez que a matéria não é pacífica na jurisprudência desta Corte e em alguns julgados indica possibilidade de configurar situação excepcional que justifique a negativa da pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar.

Portanto, por ora, é recomendável o indeferimento do pedido de liminar, reservando-se ao ministro relator e ao respectivo colegiado a análise mais aprofundada da matéria.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas

preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente